



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

169

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0187060-0
COMARCA : Goiana – 1ª Vara
APELANTE : Arnaldo Félix Barreto
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

EMENTA:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. ROUBO QUALIFICADO. RETRATAÇÃO. CONJUNTO PROBATÓRIO CONTRÁRIO À TESE DA DEFESA. ABSOLVIÇÃO DO ACUSADO. IMPOSSIBILIDADE EXACERBAÇÃO DA REPRIMENDA. INOCORRÊNCIA. PLEITO DE CONVERSÃO DE PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE EM RESTRITIVA DE DIREITOS. CRIME PRATICADO MEDIANTE VIOLÊNCIA OU GRAVE AMEAÇA À PESSOA. IMPOSSIBILIDADE. REVOGAÇÃO DA PENA DE MULTA. IMPOSSIBILIDADE. APELO IMPROVIDO.

I – A retratação do acusado em juízo não invalida a confissão anteriormente realizada, principalmente quando divorciada das provas colhidas no processo.

II – Não merece reforma, e conseqüente absolvição do réu, a sentença cuja condenação guarda harmonia com as provas carreadas aos autos.

III – Não cabe reparo e, conseqüentemente, redução, o *quantum* da pena que fora aplicada após criteriosa análise das circunstâncias judiciais previstas no art. 59, do Código Penal. Ademais, *"a orientação reiteradamente firmada nesta Corte é no sentido de que somente nas hipóteses de erro ou ilegalidade prontamente verificável na dosimetria da reprimenda, em flagrante afronta ao art. 59 do Código Penal, pode esta Corte reexaminar o decisum em tal aspecto, o que não é o caso dos autos."* (STJ - HC nº 74.482/PR, Relator o Ministro Gilson Dipp, DJ 06.08.2007).

IV – O pleito de substituição da pena privativa de liberdade em restritiva de direito encontra óbice no art. 44 do Código Penal, porquanto o crime foi praticado mediante grave ameaça ou violência à pessoa. Precedentes do STJ.

V – Inadmissível a desobrigação do condenado ao pagamento da pena de multa, arbitrado pelo togado monocrático, ao argumento de ser pobre na forma da lei.

VI – Recurso a que se nega provimento. Decisão unânime.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

170

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0187060-0**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade de votos**, **em negar provimento ao recurso**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 22 de dezembro de 2007.

Presidente

Des^a Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

171

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0187060-0

COMARCA : Goiana – 1ª Vara
APELANTE : Arnaldo Félix Barreto
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

RELATÓRIO

Arnaldo Félix Barreto foi denunciado (fls. 02/03), como incurso nas penas do art. 157, § 2º, I c/c art. 14, inciso II, todos do Código Penal, acusado de tentar subtrair uma motocicleta que contratara para fazer uma corrida até Tejucupapo, fato este ocorrido no dia 18.11.1999, por volta das 14:00 horas, no Alvorada, município de Goiana/PE.

Concluída a instrução criminal, o acusado **Arnaldo Félix Barreto**, foi condenado à pena definitiva de 03 (três) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, no valor unitário correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à data do fato, corrigido monetariamente, a ser cumprida em regime semi-aberto pela prática do delito previsto no art. 157, § 2º, I, do Código Penal, como demonstra a sentença de fls. 81/83.

Inconformado, o réu apelou da referida decisão (fls. 86), oferecendo suas razões recursais às fls. 90/93, alegando que a sentença condenatória não se coadunou com o conjunto probatório emanado dos autos, porquanto a autoria não restou devidamente comprovada, visto que a confissão em sede policial foi obtida por meio de tortura, pugnando, pela sua absolvição, e, subsidiariamente, pelo abrandamento da pena imposta, tornando-a restritiva de direito, insurgindo-se ao final, contra o regime prisional, pugnando pela fixação no semi-aberto e exclusão da pena multa.

O Ministério Público ofereceu contrarrazões de apelação, rechaçando as alegações ali contidas, pugnando pelo improvimento da apelação, mantendo-se intocada a sentença recorrida (fls. 95/99).

1 Roubo

Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa. (...)

§ 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:

I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

Atkaa/Apel crim - 0187060-0- 157 §2º, inc I, doc contr prov autos, exarceb pena, subm pena priv p rest direito, reg cumpri semi aberto, novog pena de multa, improv



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

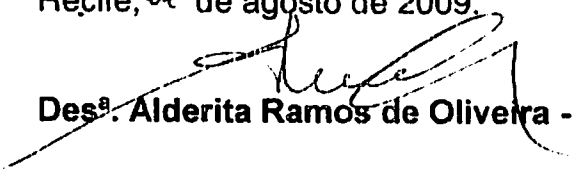
172

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Ricardo Lapenda Figueiroa, ofereceu parecer opinando pelo improvimento da apelação, mantendo-se a sentença condenatória *in totum* (fls. 111/114).

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 07 de agosto de 2009.


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

173

16

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0187060-0
COMARCA : Goiana – 1ª Vara
APELANTE : Arnaldo Félix Barreto
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

VOTO

Insurge-se, o recorrente, contra o *decisum* de 1º grau, alegando que a sentença condenatória não se coadunou com o conjunto probatório emanado dos autos, porquanto a autoria não restou devidamente comprovada, visto que a confissão em sede policial foi obtida por meio de tortura, pugnando, pela sua absolvição, e, subsidiariamente, pelo abrandamento da pena imposta, tornando-a restritiva de direito, insurgindo-se ao final, contra o regime prisional, pugnando pela fixação no semi-aberto e exclusão da pena multa.

A materialidade está sobejamente comprovada por meio do Auto de Apresentação e Apreensão (fls.12).

A autoria apresenta-se perfeitamente comprovada através do interrogatório do próprio recorrente (fls. 09), perante a autoridade policial, quando afirmou:

"(...) QUE confessa de livre e espontânea vontade, que no início da tarde de hoje, dia 18/11/99, contratou um mototaxista no terminal rodoviário desta cidade, para leva-lo até o Distrito de Tejucupapo, porém, estava armado de um revólver calibre 38 Special, objeto de apreensão dos presentes feitos, e pretendia roubar a moto e os objetos de valores do referido mototaxista, sem a pretensão de feri-lo, para tentar vendê-la neste município, ou até mesmo na cidade do Recife-PE, entretanto, não tinha nenhum comprador específico; Que já na garupa daquela moto, aquele mototaxista percebeu pelas suas atitudes que iria ser assaltado, deu-lhe uma desculpa que iria abastecer a moto, e deslocou-se em direção a Companhia de Polícia Militar; Que o interrogado ao perceber que o mototaxista o estava levando em direção aquela companhia resolveu pular da motocicleta ainda em movimento, a fim de não ser preso pelo polícia militar pois estava portando



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

174

ilegalmente a referida arma de fogo, com a qual pretendia assaltar a vítima; Que, ao tentar se distanciar daquela companhia de Polícia Militar, fora abordado por policiais militares, os quais estava sendo levados por dois (02) mototaxista, entre eles, a própria vítima, os quais ao lhe abordarem, apreenderam em seu poder a citada arma de fogo; (...) Que, esclarece o interrogado ter adquirido a referida arma de fogo, a cerca de dois (02) meses, em uma feira do troca-troca na cidade do Recife-PE, pelo valor de R\$150,00 (Cento e cinquenta reais), porém afirma nunca ter a utilizado em prática delituosa, a não ser desta vez em que fora preso em flagrante; Que, reafirma não ter receptor específico para repassar aquela motocicleta que pretendia roubar; (...)”.

Interrogado por ocasião da instrução criminal (fls. 35/36), o acusado informou não ser verdadeira a acusação que lhe é feita na denúncia, negando sua intenção de praticar o delito, em contradição ao interrogatório anteriormente prestado à autoridade policial, sendo fato isolado, que não se harmoniza com as demais provas carreadas aos autos.

A vítima Harlan Correia de Oliveira, perante a autoridade judiciária (fls. 54/55), asseverou:

“(...) Que, naquela tarde, foi contratado pelo acusado, para levá-lo a Tejucupapo, já que ele vítima era mototaxista; Que, antes de chegar no trevo da saída de Goiana para Recife, suspeitou do acusado; Que ele vítima suspeitando do acusado, bruscamente, tentou entrar no Quartel da Cia/PM, sendo que o acusado, de repente, empurrando as costas dele vítima saltou da moto e saiu correndo, tendo ele vítima entrado no Quartel e pedido ajuda de policiais, os quais, em companhia dele vítima e mais dois motoqueiros encontraram o acusado numa área próxima, o qual foi preso; Que o acusado portava um revólver e disse a vítima, na hora da prisão que queria apenas roubar a moto para vendê-la num desmanche em Tejucupapo, por R\$100,00; (...)”.

As declarações das testemunhas (fls. 06/08) indicadas no auto de prisão em flagrante do acusado, ratificadas em juízo (fls.53/55), se harmonizam perfeitamente com a confissão do acusado em sede policial (fls. 09).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

175

A testemunha **Fautino Alexandre Ferreira**, asseverou em seu depoimento por ocasião da instrução criminal às fls.54:

"(...) Que trabalhava, a época, como mototaxista na Alvorada, nesta cidade, quando presenciou que o acusado pulou de uma motocicleta, na entrada do Quartel da 3ª Cia/PM, e saiu correndo; Que ouviu quando o mototaxista disse "pega ladrão"; Que, em seguida, a polícia pediu ajuda dele depoente para conduzir um policial à procura do acusado, ao mesmo tempo que outras motos também faziam o mesmo; Que, logo em seguida, foi encontrado o acusado, o qual foi preso e de posse de um revólver; Que, ele depoente presenciou quando o acusado disse no Quartel que não tinha a intenção de matar a vítima, pois queria apenas a motocicleta; (...)

A testemunha da defesa (fls. 72) não trouxe aos autos esclarecimentos concernentes ao delito, tendo em vista que não presenciou os fatos, apenas atestando a conduta social do acusado.

A retratação do acusado em juízo é fato isolado, não se coadunando com as demais provas coligidas nos autos, é que o conjunto probatório existente nos autos imputa ao apelante Arnaldo Félix Barreto, sem sombra de dúvida, a autoria do crime descrito na denúncia, não merecendo, desta maneira, ser acolhida a pretensão de sua absolvição, ao argumento de que sua confissão em sede policial teria resultado da tortura sofrida pelo mesmo no período que se encontrava segregado.

Cumprе ressaltar que inexistе nos autos qualquer elemento probatório produzido pelo apelante que aponte para a prática da suposta tortura noticiada pelo mesmo em suas razões recursais.

Quanto ao pedido alternativo do apelante, alegando que a reprimenda foi exacerbada e a conseqüente modificação para o regime semi-aberto, requerendo, por conseguinte, a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito, não vislumbro tal possibilidade, uma vez que o togado monocrático, ao aplicar a pena-base, analisou detidamente as circunstâncias judiciais previstas no art. 59, do Código Penal, que, por sua vez, não merece qualquer reparo.

No caso, ao aplicar a pena do recorrente, o Juiz de primeiro grau justificou:

Atas/Ap-el crim - 0187060-0- 157 82º,inc I,dec contr prov autos,exacerb pena, substit pena priv p rest direito,reg cump semi aberto, revog pena de multa,improv



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

176

"Isto posto, julgo procedente a denúncia para condenar o réu como incurso no art. 157, §2º, I, c/c o art. 14, II, do Código Penal. O réu é primário e não registra maus antecedentes. Revelou, entretanto, culpa acentuada. Porém, não há, nos autos, prova de que tenha conduta social irregular. As circunstâncias do delito lhe são, por outro lado, desfavoráveis, uma vez que se aproveitou da ocasião em que usava os serviços da vítima, esta de boa-fé e sem contribuir com a ação delituosa. Desta forma, condeno o réu à pena-base de 04 (quatro) de reclusão, diminuída de metade (art. 14, II do CP) e aumentada de metade (§2º, I do art. 157, do CP), tomando-a definitiva em 03 (três) anos de reclusão, além de multa de 10 (dez) dias-multa, compreendendo cada dia a 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente ao tempo do fato. A pena privativa de liberdade aqui imposta deverá ser cumprida, inicialmente, em regime semi-aberto na Penitenciária Agro-Industrial São João; (...)".

Ademais, a orientação reiteradamente firmada no STJ é no sentido de que somente nas hipóteses de erro ou ilegalidade prontamente verificável na dosimetria da reprimenda, em flagrante afronta ao art. 59 do Código Penal, pode a Corte recursal reexaminar o *decisum* em tal aspecto, o que não é o caso dos autos. (STJ - HC nº 74.482/PR, Relator o Ministro Gilson Dipp, DJ 06.08.2007).

Acresce ao fato que o pleito de substituição da pena privativa de liberdade em restritiva de direito encontra óbice no art. 44 do Código Penal, porquanto o crime foi praticado mediante violência grave ameaça à pessoa da vítima.

Oportuno trazer à colação o seguinte precedente do Superior Tribunal de Justiça:

"PENAL E PROCESSO PENAL. ROUBO. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS.

O emprego da violência ou da grave ameaça não pode ser afastada na tentativa, pois os agentes iniciaram a ação delitiva com o uso daqueles meios. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento, em consonância com o disposto no artigo 44, I, do Código Penal, no sentido de que é vedada a substituição de pena

6



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

177

privativa de liberdade por restritiva de direitos de direitos quando se trate de crime praticado com violência ou grave ameaça à pessoa. Recurso especial provido". (STJ - Resp nº 457.352, Sexta Turma, Rel. Min. Paulo Medina, DJ de 28.02.05).

Nº que pertine ao pedido de cumprimento da pena no regime semi-aberto observo que o mesmo já foi o determinado na sentença ora hostilizada merecendo destaque o parecer da douta Procuradoria de Justiça que neste aspecto assim se pronunciou:

"(...) Por derradeiro, analisando o pedido de cumprimento da pena em regime semi-aberto, ao dedilhar a sentença, percebo que tal determinação já foi realizada pelo magistrado de primeira instância. Todavia, entendo que a Cadeia Pública de Goiana não tem estrutura para que o apelante possa cumprir a pena no regime prisional determinado na sentença, devendo, como vários condenados, ser enviado ao estabelecimento prisional adequado, qual seja, a Penitenciária Agro-Industrial São João; (...)".

Quanto ao requerimento de isenção da pena de multa, em face do recorrente alegar ser pobre na forma da lei, entendo que o pedido não merece guarida, mas sim o parcelamento da multa arbitrada, como previsto no *caput* do art. 50 do Código Penal, que deve ser requerido no Juízo das Execuções Penais.

Nesse sentido tem entendido o Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo, *in verbis*:

"A lei permite o pagamento da multa em prestações mensais iguais e sucessivas, sendo certo que essa igualdade não significa equivalência, mas sim a manutenção da proporcionalidade e da reciprocidade de todas as parcelas que integrarão o pagamento total da pena, sendo necessária, portanto, a aplicação da correção monetária para que as parcelas vincendas não se tornem irrisórias" (RJDTACRIM 19/4)" (Mirabete, Julio Fabbrini, Código Penal Interpretado, 4ª edição, Ed. Atlas, p. 374).

Por oportuno vale trazer à colação decisão da 2ª Câmara Criminal deste Sodalício, proferida na Apelação Criminal nº 104944-5, Relatora a Desª Helena Caúla Reis, cuja ementa tem o seguinte teor:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

178

"(...) III- O fato de o acusado ser pobre na forma da lei não autoriza a dispensa de aplicação de multa pelo magistrado sentenciante, devendo o réu, caso não possua condições de arcar com a sanção, pleitear a isenção junto ao juiz das execuções penais..."

Isto posto, nego provimento ao recurso, mantendo a sentença tal como proferida.

Recife, 22 de dezembro de 2009.

[Assinatura]
Des^a. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE PERNAMBUCO
GAB. DO DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO



PROCESSO Nº: 0187060-0
COMARCA: GOIANA
VARA: 1ª VARA
APELANTE: ARNALDO FÉLIX BARRETO
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO

VOTO REVISOR

Acompanho o relator, em todos os seus termos, por seus próprios fundamentos, **negando** provimento ao apelo, mantendo a sentença de primeiro grau.

É como voto.

02/02/2009

Claudio
Des. Claudio Jean Nogueira Virginio
Revisor